

# Brasil deve voltar a pedir dispensa de metas ao FMI

Foto de Arquivo

**Nova Iorque** — O Brasil terá que pedir um *waiver* (dispensa do cumprimento de metas) ao Fundo Monetário Internacional antes da aprovação final de sua renegociação com os bancos, prevista para o dia 15, porque a inflação foi mais alta do que a projetada e o déficit público ultrapassou as metas do programa de ajustamento econômico acertado com o Fundo, disse ontem o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

Galvêas, que segue hoje para a República Dominicana para assistir à reunião do Grupo de Cartagena, afirmou: "Acho que também do ponto-de-vista dos bancos o acordo está fechado". O Ministro disse ter notado em suas conversações com banqueiros e autoridades, na Suíça e em Paris, muita expectativa quanto ao novo Governo e a esperança de que possa dedicar-se com sucesso ao combate à inflação.

O Ministro chegou de Paris, ontem pela manhã, e voltou a negar que tivesse se encontrado na França com o diretor-geral do Fundo, Jacques de Larosière: "Não estive com ele. Soube que estava em Paris e deve estar hoje na Noruega, voltando para Washington no próximo dia 11. Não há encontros previstos, nem na minha agenda, nem na dele. Mas se for necessário nos encontraremos".

## Acordo concluído

"Agora mesmo, na Suíça, estive conversando com alguns dos representantes dos bancos que estão participando do comitê assessor. Eles também consideram o acordo concluído, faltando apenas detalhes, como palavras, para redigir as cláusulas do contrato final", disse Galvêas.

Mas, para que isso seja feito, o Brasil terá antes que acertar sua posição com o FMI. Segundo Galvêas, o relatório da última parte do programa brasileiro com o Fundo está nas mãos de Larosière. "Nós tivemos um desvio da expansão monetária em dezembro e isso poderá criar a necessidade de um encontro técnico da missão do FMI com os especialistas brasileiros para

fazer algum ajuste nos números até março".

Ele não disse quando essa missão do Fundo viria ao Brasil (ou se as discussões seriam nos EUA), mas garantiu que os bancos vão esperar que o Fundo comunique o resultado do exame dessa programação para 85 e a partir daí nada mais impedirá a oficialização do acordo. O Ministro acha que até sexta-feira é possível que a missão do Banco Central e o comitê assessor já tenham "superado todos os pequenos problemas de redação dos diversos artigos dos contratos".

"A questão com o FMI talvez demore mais um pouco, mas temos até o dia 15 de fevereiro para ter uma resposta em relação a esse problema" (o estouro das metas). O Ministro descartou a possibilidade de uma nova Carta de Intenção e depois de reafirmar a necessidade do *waiver* disse ser difícil comparar as condições obtidas pelo Brasil, com as do México. "Tomando-se como base um ou dois parâmetros." Após o acordo com os bancos, o Governo partirá para as negociações com o Clube de Paris. Na última semana de fevereiro, será realizada a reunião técnica com o Clube, para acertar as dívidas de Governo a Governo.

Ante a insistência dos jornalistas, Galvêas disse que, "do jeito que a negociação está colocada, seus resultados são absolutamente equivalentes aos do México, pois, se há em alguns lugares *spreads* (taxas de risco) ligeiramente superiores, em outras áreas, como no setor privado, por exemplo, o *spread* é menor e os prazos são maiores".

"Além disso" — prosseguiu — "a janela (ou prazo de carência) é também maior (são sete anos para o Brasil, durante os quais o país pagará amortizações sucessivamente maiores). O período total da negociação também é mais longo. Eu considero que os termos são bastante equivalentes."

Galvêas disse, ainda, que não existe cálculo do *spread* médio, porque varia de setor para setor, de período para período,

num processo bastante complicado. "Mas nós entendemos que no conjunto é mais ou menos de 1,125% para o período compreendido pela negociação." (Na verdade é um pouco mais de 1,125% e segundo fontes bancárias seria de 1,25% para o setor privado, 1,125% para a porção com o aval do Governo e sete oitavos para o dinheiro que ficará depositado no Banco Central pelos devedores brasileiros, quando de seu vencimento, antes de ser reemprestado pelos credores).

## Siderbrás

Com relação aos problemas da Siderbrás, Cobec e Sunamam, o Ministro disse que considera os dois primeiros resolvidos. "Quanto a Sunamam é um problema desagradável, mas não é um obstáculo à finalização das negociações. Temos nos comunicado com todos os bancos participantes envolvidos nas operações com o Brasil. Eles têm lá os seus direitos. Fizemos contratos de financiamento diretamente com os estaleiros privados. Não é um problema do Governo".

Acrescentou que os bancos estão apelando para o Governo para que possa ajudá-los a encontrar uma solução. "Mas absolutamente não coloco isso como dificuldade no caminho das negociações".

Galvêas disse ter encontrado na Europa "muita expectativa" sobre o novo Governo brasileiro. "Eles esperam que o Governo Tancredo represente a consolidação de todos os ganhos que obtivemos nos últimos anos. Admitem que nós fizemos um esforço enorme na área externa, ajustando rapidamente o balanço de pagamentos, expandindo as exportações e tornando positivo o saldo da balança comercial".

— O que ainda perdura como uma indagação sobre o Brasil é a questão da inflação. Pouca gente na Europa e nos EUA consegue entender como um país organizado e civilizado pode conviver com 200% de inflação — disse.

FRITZ UTZER  
Correspondente



*Ernane Galvêas em missão difícil: o Fundo e os bancos protelam os desembolsos quando as metas prometidas não são cumpridas*